

A purificação husserliana da imagem nas lições sobre “Fantasia e consciência de imagem”

The husserlian purification of the image in the lessons on “Phantasy and image consciousness”

DOI:10.12957/ek.2017.28248

Mndo Thiago Pignata Carezzato
thiago.carezzato@usp.br
Universidade de São Paulo

O presente artigo busca verificar, nas páginas das lições sobre *Fantasia e consciência de imagem*, a justeza de um diagnóstico bastante difundido acerca da imaginação em Husserl segundo o qual ela não ocuparia senão um lugar inferior na hierarquia intencional. Defenderemos que é a adoção de um ponto de vista que não discrimina os tipos de imagem que dá respaldo ao suposto primado husserliano da percepção. Contudo, o modelo unitário de análise não é o único e se revela insuficiente para dar conta das caracterizações imaginativas. Isso é particularmente notável na representação de fantasia que, diferente da imaginação por representante físico, não está fundada na percepção. Pretendemos, então, mostrar, seguindo a via discriminativa, como a imagem da fantasia progressivamente é purificada de toda relação com a consciência figurativa e com o modelo perceptivo até ser anunciada por Husserl como uma “pura consciência de presentificação” tão última quanto a apresentação perceptiva.

PALAVRAS-CHAVE Husserl. Fenomenologia. Imaginação. Fantasia. Percepção

This article seeks to verify, in the pages of the course *Phantasy and image consciousness*, the correctness of a widespread diagnosis about imagination in Husserl’s phenomenology, whereby imagination occupies a lower position in intentional hierarchy. We will sustain that it is the adoption of a point of view which does not discriminate types of images that supports the presumed husserlian primacy of perception. However, the unitary analysis model is not the only one and shows itself to be insufficient to account for the imaginative characterizations. This is particularly notable on phantasy representation that is not founded on perception, unlike physical imagination. We intend then to show, following the discriminative approach, how the phantasy image is gradually purified from every relation to figurative consciousness and perceptive model until it is announced by Husserl as a “pure presentification consciousness” as ultimate as perceptive presentation.

KEY-WORDS Husserl. Phenomenology. Imagination. Phantasy. Perception

Malgrado as bastante conhecidas afirmações de *Ideias I* quanto à “posição privilegiada em relação às percepções” (HUSSERL, 2006, p. 153) que ocupam as ficções, bem como o reconhecimento destas como “o elemento vital da fenomenologia” (HUSSERL, 2006, p. 154), não faltam decretos apontando uma primazia da percepção na obra husserliana¹. Em alguma medida, isso se deve à publicação tardia do volume XXIII da *Husserliana*², no qual se encontram as lições (texto n° 1) proferidas por Husserl no semestre de inverno de 1904-05 sobre *Fantasia e consciência de imagem*³.

A originalidade dessas lições consiste, como já indica o título, em apresentar, pela primeira vez, a teoria da imaginação sob um ponto de vista que desfamiliariza as imagens entre si, em desvelar a intencionalidade própria à representação de fantasia (*Phantasievorstellung*)⁴, a qual será liberada tanto de toda forma de consciência de imagem (*Bildbewusstsein*) quanto de qualquer relação de dependência com o modelo perceptivo.

Trata-se então de mostrar como a consciência de fantasia se autonomiza gradualmente ao longo das lições de 1904-05 até se legitimar como uma consciência pura de presentificação (*rein Vergegenwärtigungsbewusstsein*) tão última quanto à consciência presentante, que caracteriza a percepção. Pretendemos evidenciar que isso só se torna possível a partir da escolha pelo modelo discriminativo de análise da imaginação e que é a adoção de um modelo unitário de análise que se revela como a principal fonte de tantos diagnósticos unilaterais a respeito do estatuto da imaginação em Husserl.

1 Esse tipo de diagnóstico pode ser encontrado, por exemplo, em Derrida (1972), Drost (1990) e Saraiva (1994).

2 Cf. HUSSERL (1980).

3 As lições das quais tratamos, intituladas “*Phantasie und Bildbewusstsein*”, estão reunidas no texto n° 1 do volume XXIII da *Husserliana*, “*Phantasie, Bildbewusstsein, Erinnerung: zur Phanomenologie der anschaulichen Vergegenwärtigungen*” (cf. HUSSERL, 1980, p. 1-169). Contamos com uma tradução para o português do texto n° 1, *Fantasia e consciência de imagem*” (cf. HUSSERL, 2012), a partir da qual citaremos as passagens das lições sobre a fantasia e a consciência de imagem e à qual, no corpo do texto, nos referiremos simplesmente como *Lições*.

4 Dada a acepção bastante carregada que o termo “fantasia” traz na língua inglesa e nas latinas, como no português, grande parte dos comentadores preferem conservar o original em alemão ou o termo em grego “phantasia” (frequentemente utilizado por Husserl). Acreditamos, contudo, que o termo “fantasia” não representa maiores perigos, desde que ressalvado seu uso estritamente técnico, o qual o presente artigo busca precisamente analisar.

Fantasia e consciência de imagem: situação das lições de 1904-05

As lições sobre *Fantasia e consciência de imagem* correspondem à terceira parte de uma série de conferências proferidas em 1904-05 sobre as “*Partes fundamentais da fenomenologia e teoria do conhecimento*”, cujas primeira e segunda partes nos apresentam, respectivamente, lições sobre a fenomenologia da percepção e da atenção, enquanto a quarta e última parte constitui parcialmente o texto das célebres *Lições sobre a consciência íntima do tempo*⁵. Como escreve Husserl na ocasião de uma carta a Brentano, todas essas conferências têm em comum a tarefa de “esboçar os princípios de uma fenomenologia sistemática da intuição (da percepção e da fantasia, da representação do tempo e coisas do gênero)”⁶. Eis aí a primeira novidade dessas lições. É verdade que já nas *Investigações Lógicas*⁷ a análise das representações intuitivas ou próprias já aparecia, sobretudo através do modelo perceptivo. Com efeito, o motivo central da *VI Investigação* é mostrar como o “pensamento doador de significação é fundado sobre a intuição e se relaciona através dela ao seu objeto” (HUSSERL, 1984, p. 558).

No entanto, as *Investigações* são animadas pelas exigências próprias de uma teoria do juízo, isto é, se trata, antes de qualquer coisa, de uma elucidação dos “atos intelectivos de nível superior”, os quais guiam e limitam toda a análise dos atos intuitivos fundantes⁸. Assim, se é certo que a análise dos atos intuitivos já entra em cena em 1901, é preciso relativizar seu papel, que se reduz às necessidades epistemológicas da esfera das significações, “da esfera lógica e dos conceitos fundamentais do conhecimento” (HUSSERL, 1984, p. 537).

Com isso, não se quer absolutamente afirmar que o horizonte epistemológico não está presente nas lições de 1904-05. Tão somente se diz que a passagem para elucidação dos atos superiores não é o centro da investigação, o qual agora se desloca para o seio de uma fenomenologia sistemática da intuição, cuja tarefa será a de circunscrever, na complexidade exigida, todos os tipos de representação intuitiva em suas especificidades intencionais próprias⁹.

5 Cf. HUSSERL (1966, p. 1-134).

6 HUSSERL, E. Brief vom 3.I.1905; Kopie im Husserl-Archiv in Leuven. Apud: MARBACH, E. *Einleitung des Heraushebers*, p. XXVIII, trad. nossa. In: HUSSERLIANA XXIII. *Phantasia, Bildbewusstsein, Erinnerung. Zur Phänomenologie der anschaulichen Vergegenwärtigungen*. Texte aus dem Nachlass (1898-1925), E. Marbach (ed.), 1980.

7 Cf. HUSSERL (1984). Todas as traduções das citações das *Investigações* são nossas.

8 Cf. DUBOSSON (2004), p. 77.

9 As *Investigações* jamais levam à exaustão uma análise que pretenda dar conta da especificidade dos tipos intencionais das representações intuitivas. Pelo contrário, no mais das vezes,

É nesse espírito descritivo e classificatório que as lições sobre *Fantasia e consciência de imagem* irão se reconhecer. Isso porque o objetivo central das *Lições* é recortar a diferença específica da representação de fantasia frente às demais representações intuitivas e, particularmente, frente à intencionalidade perceptiva, pois, como veremos mais adiante, um dos grandes motores da análise será saber “se esta [a representação de fantasia] de fato designa uma espécie de representação de essência peculiar e nova em relação à percepção” (HUSSERL, 2012, p. 52 [Hua XXIII, p. 6]).

Trata-se do problema clássico da distinção entre percepção e imaginação. O paralelo histórico imediato aqui são as abordagens empiristas de Hume à “escola brentaniana e outros que concordam com ela” (HUSSERL, 2012, p. 54 [Hua XXIII, p. 8]), com as quais Husserl dialoga nominalmente e precisa acertar contas ao longo das *Lições*. O escopo geral da crítica que efetua Husserl é o tratamento do problema em uma chave eidética. Com efeito, a distinção entre os tipos de representações intuitivas não pode ser uma *matter of fact*, pois “à fenomenologia interessa apenas aquilo que é imanente [...], ou seja, aquilo que dá ensejo a generalizações de essência [...]” (HUSSERL, 2012, p. 51 [Hua XXIII, p. 4]). Isso, contudo, não nos revela senão uma noção rasa da crítica, pois para fazer fenomenologia não basta adicionar o advérbio “essencialmente” em cada proposição.

O fenomenólogo, mais do que isso, opera em um nível distinto do empirista. Vale aqui lembrar as distinções fundamentais da *V Investigação*, onde se parte da diferenciação entre conteúdo real e intencional (*reelem und intentionalem Inhalt*), entre aquilo que, em uma representação qualquer, “é realmente experimentado, isto é, o que a compõe realmente, daquilo que ‘está nela’ em um sentido ‘impróprio’ ou intencional” (HUSSERL, 1984, p. 361). É apenas o conteúdo imanente, o conteúdo que realmente compõe um vivido, que pertence verdadeiramente à esfera fenomenológica e que é passível de generalizações de essência. As *Sachen selbst*, às quais a fenomenologia retorna, não se confundem com os objetos intencionais. Estes não são parte do conteúdo da *reelle Immanenz*, uma vez que são *meramente visados* por aquilo que é realmente experimentado na consciência. Por miopia a essa distinção, os empiristas (mesmo Brentano), julga Husserl, não puderam adentrar em solo fenomenológico e, assim, moveram suas investigações segundo proposições explicativas, ao passo que para o fenomenó-

os atos intuitivos são colocados lado a lado sem maiores distinções, uma vez que satisfazem o pressuposto de servirem como atos de base que fundam e preenchem os atos superiores: “O mesmo se passa nos casos onde, no lugar de uma percepção, se serve de uma representação de imagem. O objeto que aparece em imagem, por exemplo, o mesmo tinteiro na fantasia ou na memória, é o suporte sensível da expressão nominal” (HUSSERL, 1984, p. 560).

logo se trata de exclusivamente descrever “vividos da experiência imanente, os tomando neles mesmos, tais como eles são dados na percepção, e isso sem levar em conta as relações genéticas” (HUSSERL, 1984, p. 411, grifo nosso).

Mas ainda resta saber, e isto é o fundamental, o que é exatamente que compõe o conteúdo imanente das representações. “Aquilo que se encontra nela [na consciência], aquilo que está realmente (*reell*) diante dela”, diz Husserl, “são os atos (*Akte*) relativos às percepções, aos juízos e etc., com seu variado material sensível (*Empfindungsmaterial*), seu conteúdo de apreensão (*Auffassungsgehalt*) [...]” (HUSSERL, 1984, p. 361-362). Trata-se do famoso esquema apreensão-conteúdo de apreensão, o qual nos interessa na medida em que será o ponto de partida das análises das *Lições*¹⁰. Na falta desse esquema, uma análise que pretenda dar conta da diferença essencial entre percepção e imaginação, aos olhos do fenomenólogo, está fadada ao fracasso. É precisamente isso que ocorre com os empiristas que, apesar de “esforços significativos”, não puderam superar “a ausência do conceito de apreensão objetivante” (HUSSERL, 2012, p. 53 [Hua XXIII, p. 7]). Com efeito, das carências conceituais que sofriam os empiristas, aquela que ignora a apreensão ou caráter de ato de uma representação talvez seja a mais fatal. Desde as *Investigações* há uma explícita propensão, dentro do esquema *Auffassung-Auffassungsinhalt*, para que o flanco da apreensão (e não aquele de seu conteúdo correspondente) seja o responsável pela diferença radical de essência entre os vividos¹¹. Sem o conceito de apreensão o empirismo não pôde realizar senão uma distinção frouxa entre percepção e imaginação, uma distinção genético-causal e psicológica que reside em uma mera diferença de grau¹² entre os conteúdos de apreensão. Por esse motivo, as páginas das *Lições* iniciam buscando distinguir as representações através dos seus caracteres de ato, o que, como veremos adiante, será insuficiente no decorrer da investigação.

10 É de se notar que nas *Investigações* o esquema apreensão-conteúdo era aplicado prioritariamente aos atos perceptivos. “Tudo isso se torna claro se nós modificamos nosso campo de exemplo para aquele da esfera da percepção visual [...]. Eu não posso encontrar nada mais evidente do que a diferença que aqui se apresenta entre conteúdos e atos (*Inhalten und Akten*)” (HUSSERL, 1984, p. 396). Nas *Lições* o esquema passa a ser aplicado a todos os vividos intuitivos. Entretanto, embora a utilização desse esquema em outros tipos de vividos não seja tão explorada nas *Investigações*, ela já era prevista de modo programático em 1901: “exemplos apropriados, permitindo ao mesmo tempo elucidar mais completamente essa distinção [apreensão-conteúdo] e desvendar diferentes caracteres de ato, são fornecidos pela comparação da percepção com a representação de fantasia” (HUSSERL, 1984, p. 398).

11 “O que constitui a diferença entre intuir simplesmente um *concretum* A e o conceber como um ‘representante’ de um ‘A qualquer’? Nesses casos, e em numerosos casos semelhantes, a modificação reside nos caracteres de ato” (HUSSERL, 1984, p. 398).

12 Husserl quer evitar justamente algo como uma distinção de grau entre a percepção e a imaginação. Recusa-se a demarcar as fronteiras a partir de características de intensidade, de vivacidade (Aristóteles e Hume), de plenitude (Bain), de estabilidade e etc. (HUSSERL, 2012, p. 59 [Hua XXIII, p. 13]).

Uma vez esboçado o lugar que ocupam as *Lições*, seus motivos e aparatos iniciais, passemos para a análise concreta dos atos imaginativos (representação de fantasia e imaginação por representante físico). Estruturamos a sequência do texto em dois momentos, de forma que a própria estrutura das *Lições* seja contemplada. Num primeiro momento, pretendemos seguir a análise unitária que Husserl faz das representações imaginativas pela qual se visa à descrição da fantasia e da imagem física naquilo que lhes é comum em oposição às demais estruturas de objetivação. Num segundo momento, seremos levados, a partir das limitações da análise unitária, a acompanhar os principais pontos da via que discrimina os tipos de imagens, com a qual as *Lições* seguem até o fim.

Análise Unitária: a Consciência de Imagem

O ímpeto inicial das *Lições* é a caracterização desta classe particular de atos intuitivos que aparecem como imaginações (*Imaginationen*), a qual compreende ao menos duas classes principais de imagem: a imagem da fantasia, que Husserl, na conceituação tateante do início das *Lições* também designa por “imagem interna” (*innere Bild*) ou “imagem do espírito” (*geistige Bild*), e a imagem “no sentido comum da palavra”, a imagem externa (*äussere*) ou física (*physische*). Contudo, antes de diferenciá-las, “aproximaremos ao máximo ambas as imaginações e tentaremos tornar claro para nós o elemento comum do representar figurativo (*des bildlichen Vorstellens*)” (HUSSERL, 2012, p. 64 [Hua XXIII, p. 17]). Por aí já se anuncia, além do ímpeto inicial de descrever as imagens em sua unidade intencional, qual será a comunidade de gênero a ser buscada entre as imagens, a saber, o próprio elemento figurativo ou a consciência de imagem¹³.

A primeira questão a ser posta diz respeito ao modo do aparecer das imagens. Em que se reconhece uma imagem? Quais caracterizações um objeto-imagem (*Bildobjekt*) recebe da consciência que o constitui? Husserl dá sua resposta logo de início e a manterá sem alterações essenciais até o fim das *Lições*.

Caracterizamos a percepção como um ato em que as objetividades aparecem para nós, por assim dizer, em pessoa (*in eigener Person*), como presentes nelas mesmas

13 Dizer que o que é comum a todos os tipos de imagens é a consciência de imagem pode parecer uma redundância desimportante. No entanto, é precisamente o representar figurativo que será colocado em cheque, ao menos para a imagem da fantasia, na descrição discriminativa.

(*selbst gegenwärtig*). Na fantasia o objeto aparece ele mesmo na medida em que é ele que aparece lá, mas ele não aparece como presente, ele é apenas presentificado (*vergegenwärtig*), ele aparece para nós em *imagem*, é quase como se estivesse lá, mas apenas quase (HUS-SERL, 2012, p. 63, trad. modificada [Hua XXIII, p. 16]).

Notamos, em primeiro lugar, que, na consciência de imagem, temos o objeto ele mesmo. Nisso esta já se distingue de toda “apreensão signitiva” (*signitive Auffassung*). Na medida em que ao signo falta um objeto, ele é uma ausência vazia que apenas o visa, podendo ou não ser preenchido por um ato intuitivo. Na imagem também se trata de algo não presente, mas de forma alguma de algo vazio. Enquanto ato intuitivo, a imaginação dá o objeto ele mesmo, mas não ele mesmo em carne e osso (*leibhaft*). A imagem presentifica seu objeto de modo que ele aparece como si mesmo, mas ausente; como *quase* estando ali em pessoa (em oposição ao objeto perceptivo). Teremos ainda a oportunidade de aprofundar esta distinção fundamental entre apresentação e presentificação que as *Lições* irão reiterar e conjugar de diversas formas.

Por ora, basta reter essa caracterização da imagem a fim de acompanhar os passos de Husserl. Isso porque ela levanta a pergunta que dará propriamente início à análise dos atos imaginativos: o que faz da imagem uma imagem? Perguntávamos quais caracterizações a imagem recebia da consciência que a constitui, porém, a questão que tensiona os termos da investigação diz respeito ao processo de objetivação dessa consciência figurativa. Vimos que as *Lições* buscariam a diferença específica das imagens em sua apreensão objetivante, portanto, é preciso saber no que difere o processo objetivante das imagens, em seu modo de apreensão, daquele das apreensões das consciências perceptiva e signitiva.

Falar em consciência de imagem é, antes de qualquer coisa, falar de uma estrutura intencional em que ao menos duas objetividades estão em jogo: a imagem e aquilo de que ela é imagem. Quando, por exemplo, na representação de fantasia, o Palácio de Berlin paira (*vorschwebt*) diante de nós, aquilo que através dessa aparição é representado, seu objeto intencional, não é ele mesmo uma imagem, mas o próprio Palácio de Berlin. Da coisa visada “diferenciamos, contudo, a imagem que paira diante de nós, a qual não é, naturalmente, uma coisa real (*wirkliches Ding*) e não está em Berlin” (HUS-SERL, 2012, p. 64 [Hua XXIII, p. 16]). O objeto-imagem é uma irrealidade (*Unwirklichkeit*) e, no limite, um nada (*ein Nichts*)¹⁴. Dá-se no par figurante/figurado a estrutura essencial

14 Claramente um alargamento da esfera fenomenológica, que nas *Investigações* se restringia à imanência real dos vívidos, solo exclusivo da aplicação do esquema apreensão-conteúdo e,

da consciência de imagem. E isso não é menos válido para uma imagem física, mesmo que nela ainda se acrescente uma terceira objetividade, incarnada pelo suporte físico. Destarte, Husserl resume a estrutura apreensiva da consciência de imagem segundo a seguinte partição:

1) A imagem física, a tela de linho, a pedra de mármore e etc. 2) O objeto que representa ou figura e 3) o objeto representado ou figurado. A este último nós preferimos chamar simplesmente de *tema da imagem* (*Bildsujet*). Ao primeiro, de imagem física (*physische Bild*) e, ao segundo, de imagem representante ou objeto-imagem (HUSSERL, 2012, p. 66 [Hua XXIII, p. 19]).

Tanto a imaginação física quanto a fantasia compartilham a dupla apreensão, apreensão de um objeto-imagem e de um tema da imagem. O fato de que há um suporte físico na imaginação física, que falta à fantasia, não faz mais do que, neste momento das *Lições*, complexificar sua estrutura intencional, mas sem distingui-la essencialmente da imagem da fantasia. Ambos os tipos de imaginação possuem em comum um objeto-imagem figurando um tema da imagem figurado e, portanto, ambos são consciências de imagem.

Essa estrutura de dupla apreensão traz consigo uma série de possíveis confusões que Husserl busca sanar. Uma delas nos interessa particularmente na medida em que elucida a apreensão da consciência figurativa ao mesmo tempo em que a distingue das demais. Visto que nesses atos intuitivos por representante imagético se estabelece uma relação entre uma imagem figurante e um tema por ela figurado, poderia surgir uma “interpretação ingênua” desse mecanismo segundo a qual seria o caso de duas apreensões diferentes e separadas. Poderia se supor que, uma vez que o objeto-imagem tivesse aparecido e reenviado ao seu tema, este se constituiria como um “apêndice” exterior à imagem que o presentificou. Há, sem dúvida, uma nova apreensão quando o tema da imagem é constituído. Contudo, “essa nova representação não está ao lado da representação do objeto-imagem, mas coincide com ela, permeia-a e confere-lhe nesta permeação o caráter de objeto-imagem” (HUSSERL, 2012, p. 76 [Hua XXIII, p. 31]). A imagem não é um mero índice e nela uma certa relação de coincidência é estabelecida entre aquilo que aparece no objeto-imagem e aquilo que é

consequentemente, das descrições evidentes em generalidades de essência. As *Lições*, ao contrário, têm por objetivo analisar fenomenologicamente um tipo de objetividade (o objeto-imagem) que “não existe verdadeiramente, e isso não significa apenas que ele não tenha existência fora da minha consciência, mas também que ele não existe dentro da minha consciência, que ele não existe de modo geral” (HUSSERL, 2012, p. 67, trad. modificada [Hua XXIII, p. 21]).

visado no seu tema. Assim, “o objeto-imagem torna intuitivo algo que não lhe é idêntico, mas que se iguala ou assemelha mais ou menos em seu conteúdo” (HUSSERL, 2012, p. 75 [Hua XXIII, p. 30]). É precisamente nesse sentido que é preciso compreender as fórmulas que Husserl utiliza para descrever a consciência de imagem, por exemplo, como a “presentificação de algo que não aparece naquilo que aparece, segundo a qual aquilo que aparece se comporta, em virtude de algumas de suas propriedades intuitivas, como algo outro” (HUSSERL, 2012, p. 75 [Hua XXIII, p. 31]).

Com isso fica claro o que significa classificar os atos imaginativos sob a rubrica de “presentificações intuitivas” e, ainda, afastá-los das apresentações da percepção e dos atos vazios da consciência de signo. Na consciência de imagem há duas apreensões que não são separadas entre si, mas edificadas uma sobre a outra de tal maneira que as duas objetividades que aparecem são a um só tempo distintas e coincidentes quanto a seu conteúdo. Isso a aproxima e a afasta da consciência de signo. Por um lado, ambas apreendem seu objeto de modo indireto e mediado, isto é, tanto a imagem quanto o signo valem como representantes de algo outro. Nos dois casos, “o objeto que aparece, aparece, mas não vale por si mesmo” (HUSSERL, 2012, p. 70 [Hua XXIII, p. 25]). Entretanto, como foi visto, na consciência de imagem há uma coincidência de conteúdo entre o objeto que aparece e o objeto visado. Ao contrário, a consciência do signo “aponta para um objeto além de tudo internamente estranho àquele que aparece” (HUSSERL, 2012, p. 79 [Hua XXIII, p. 34]). Temos, então, duas consciências que não se dão por apreensão simples e que reenviam a algo alheio aquilo que nelas aparece, diferindo na medida em que na representação signitativa a visada é desviada (*hinweggewiesen*) do signo e na representação figurativa ela se volta para dentro (*hineinschauen*) da imagem. Dois modos, portanto, de consciência em que a aparição se dá na ausência de seu objeto, um vazio e outro intuitivo.

Em outra direção, é essa dupla apreensão, indireta e mediada, das consciências de signo e de imagem, que as distingue da consciência perceptiva. “A percepção representa seu objeto de maneira direta: um objeto aparece, e este é visado e tido por real” (HUSSERL, 2012, p. 70 [Hua XXIII, p. 24]). Ainda que na análise fenomenológica sejam e devam ser diferenciadas as aparições sensíveis perceptivas dos seus objetos intencionais, não se trata aqui de uma relação de representante/representado. Aquilo que aparece sensivelmente na consciência perceptiva é, em certo sentido, o mesmo que aquilo que através dela é visado. Desse modo, a intencionalidade perceptiva pode ser caracterizada enquanto apreensão simples que constitui seu objeto em pessoa por oposição à irrealidade da quase-presença do objeto intencional da imagem. Fica bastante evidente

aqui, a partir dessa análise unitária via apreensão objetivante, em que se pôde fundar certas asserções sobre o estatuto da imaginação em Husserl. Frente à intencionalidade direta e imediata da percepção, a imaginação só poderia ser vista como muito inferior a ela na hierarquia intencional¹⁵.

Essa via de análise, todavia, esbarra em casos limites, os quais acabam por colocar em questão a distinção através dos caracteres de ato, bem como a descrição unitária como um todo. “Há, como se sabe, imagens perfeitas muito diferentes, ou seja, diferentes graus e níveis de consciência de imagem” (HUSSERL, 2012, p. 77 [Hua XXIII, p. 33]). Se a distinção fundamental da consciência de imagem entre objeto-imagem e tema da imagem é de grau e há níveis diferentes de coincidência, podemos conceber casos limites nos quais a adequação chega a tal nível que o objeto-imagem e seu tema se identificam perfeitamente.

Em casos limites, a apreensão objetiva direta, que corresponde ao objeto-imagem e aquela que pertence ao tema, atinge o ponto em que enxergamos perfeitamente no objeto-imagem o tema da imagem [...]. Neste último caso, as determinidades presentes no objeto-imagem não são válidas para o tema, elas estão lá na imagem, mas não possuem função de figuração (HUSSERL, 2012, p. 77-78 [Hua XXIII, p. 33-34]).

Ora, se é possível conceber casos nos quais imagens perfeitas dissolvem a diferença entre objeto-imagem e tema da imagem, então não faz mais sentido falar em função de figuração, isto é, precisamente naquele reenvio da imagem a seu tema, de modo que não haveria mais apreensão indireta. Nesse caso, como poderia ainda se tratar de consciência de imagem? A grande questão é saber como ainda se pode caracterizar a imagem como uma irrealidade não presente se ela, como a percepção, apreenderia seu objeto diretamente. Na medida, então, que “a aparição que coloca diante dos nossos olhos o objeto-imagem poderia, tal como ela se manifesta na consciência figurativa, também ser vivida sem essa função imaginativa”, Husserl precisa mudar a via de análise e afirma que “no que diz respeito à apreensão modificadora, por meio da qual a imagem se torna uma imagem, ela está evidentemente vinculada a uma aparição fundante (*fundierende*)” (HUSSERL, 2012, p. 83 [Hua XXIII, p. 39]).

15 Isso é exemplarmente observável em comentários que abordam a questão exclusivamente sob o ponto de vista unitário. “Renunciamos a estabelecer divisões no nosso trabalho e escolhemos como fio condutor de nosso estudo a elucidação das estruturas de base comuns a todas as espécies de imagem” (SARAIVA, 1994, p. 39). Renúncia que não é feita sem consequências e leva, inevitavelmente, a admitir que “a percepção é muito superior à imaginação. Com efeito, só a percepção faz ver e dá o objeto, no sentido próprio e estrito dessas palavras” (SARAIVA, 1994, p. 82).

De uma análise dos modos de apreensão próprios a cada ato a uma análise da relação fundacional entre apreensões, tal será a saída de Husserl para dar conta da caracterização específica de uma imagem. E isso significa, em última instância, estudar “qual é então a relação dessa apreensão fundante [de um objeto-imagem] com a apreensão perceptiva [...]”. Não é por acaso que, nesse tipo de investigação fundacional, “deparamo-nos primeiramente com estes casos na apreensão de imagem física” (HUSSERL, 2012, p. 84 [Hua XXIII, p. 40]). Com a imagem física em primeiro lugar, justamente porque ela possui o suporte perceptivo que falta à imagem da fantasia. Lembremos que essa terceira objetividade exclusiva à imaginação física era até aqui pouco relevante. Isto porque ela não abalava a essência comum de todas as imagens de constituírem-se pela consciência figurativa. Nosso caso limite, no entanto, tornou não negligenciável sua fundação perceptiva e o fato de que, abstraído o objeto-imagem e tomada em si mesma, a imagem física possui “o caráter de uma aparição perceptiva, de uma apresentação (*Präsentation*) habitual” (HUSSERL, 2012, p. 84 [Hua XXIII, p. 40]).

Já o caso da fantasia é bastante diverso. “Devemos afirmar também aqui [...] que a apreensão fundante tem o caráter de apreensão perceptiva?” (HUSSERL, 2012, p. 85 [Hua XXIII, p. 41]). Questão capital das próximas páginas das *Lições* e que, para nós, possui um interesse particular enquanto problematizamos o suposto primado da percepção. Por ora, porém, é suficiente sublinhar que agora a diferença entre fantasia e imaginação física importa e que há elementos suficientes para pressentir a impossibilidade de se continuar empreendendo uma descrição unitária.

Análise discriminativa: imaginação física e fantasia (e percepção)

[...] Até aqui exploramos *o que há de comum* entre as imaginações fundadas na percepção e as imaginações da fantasia. Agora pretendemos estudar as *diferenças* e ao mesmo tempo nos aprofundar em sua essência analítica (HUSSERL, 2012, p. 87 [Hua XXIII, p. 43]).

Distinguir a “família da imagem”¹⁶ é um problema central do que chamamos de análise discriminativa. No entanto, veremos que Husserl não terá aí grandes dificuldades. A grande questão destas páginas, que se iniciam no capítulo IV das *Lições* e seguem até seu fim, será afastar satisfatoriamente a apreensão simples da fantasia enquanto não enraizada num suporte físico da apreensão perceptiva.

Mas, antes, se trata de aprofundar a análise via apreensão fundante que apenas se iniciara anteriormente. Como dissemos, é preciso considerar, em primeiro lugar, o caso da imagem física. Que significa dizer que ela é fundada na percepção? Quando, por exemplo, estamos diante da Vênus de Milo, “as mesmas sensações são interpretadas como *coisa de gesso* e como *forma humana branca*. E dada a identidade de base sensível, as apreensões não podem se dar concomitantemente [...]” (HUSSERL, 2012, p. 88 [Hua XXIII, p. 45]). O mesmo conteúdo sensível pode, então, sucumbir a uma apreensão do suporte físico ou a uma apreensão do objeto-imagem, mas não ao mesmo tempo. Poder-se-ia, claro, intercalar as duas apreensões de modo que as duas aparições aparecessem uma de cada vez. Mas isso diz pouco. Que eu veja na Vênus de Milo ora um bloco de gesso ora uma figura feminina não evidencia por que é que ao bloco é fornecido o caráter da presença em carne e osso e ao *ficto* o caráter de uma ausência irreal. Para compreendê-lo, Husserl lança mão de uma noção que dará a chave da questão: o conceito de conflito (*Widerstreit*). O que ocorre é que, nesse intercalar de apreensões separadas, em algum momento

o objeto-imagem *triunfa*, na medida em que vem à aparição; os conteúdos de apreensão se interpenetram com a apreensão do objeto-imagem, eles se fundem numa unidade de aparição. Mas a outra aparição [a do suporte físico] ainda está lá, e possui um nexos permanente e normal com a aparição do entorno (*Umgebungserscheinung*) [...]. O entorno é entorno real, também o papel [enquanto suporte] é presença real; a imagem aparece, porém, conflita com o presente efetivo, ela é, portanto, mera “imagem”, e, por mais que apareça, um *nada* (HUSSERL, 2012, p. 89 [Hua XXIII, p. 46]).

16 A expressão “família da imagem” é de Sartre e aparece como título do capítulo 2 da primeira parte d’*O imaginário* (SARTRE, 1996). Não por acaso, Sartre empreende uma análise unitária da imaginação pela qual “será necessário ampliar consideravelmente a noção de imagem, a fim de incluir nela uma quantidade de consciências das quais não nos ocupamos até aqui” (SARTRE, 1996, p. 33). A nós resta mostrar como essa análise unitária sartriana, a qual é em grande medida feita sob o nome de Husserl, não dá conta das investigações husserianas sobre a imaginação.

Assim, dizer que a imagem física está fundada na percepção não apenas quer dizer que ela possui um suporte físico, mas, mais do que isso, que é a apreensão perceptiva que, conflitando com a imagem, dá seu caráter de ausência e irrealidade¹⁷. Vejo a Vênus de Milo enquanto uma pessoa-imagem, mas continua ali o bloco de gesso em um nexos homogêneo com o resto do salão do Louvre, com as pessoas em carne e osso tirando fotos e etc. Toda imagem física tem, portanto, seu objeto-imagem inserido em um entorno perceptivo e efetivo, com o qual se estabelece um conflito intracampal, “um nexos de objetividades que se *cinde*, porém, segundo seu valor de realidade, em dois nexos” (HUSSERL, 2012, p. 89 [Hua XXIII, p. 46]).

Embora se estabeleça a cisão quanto ao valor de realidade, não é o caso aqui de dois campos separados. É imprescindível, para que haja o conflito, que o objeto-imagem esteja temporalmente e espacialmente no mesmo campo visual do seu entorno perceptivo. Aquilo que explica esse co-pertencimento a um mesmo nexos objetivo é a comunidade quanto aos conteúdos de apreensão da imagem física (enquanto esta possui um suporte físico) e dos objetos perceptivos que a circundam. Mas, então, o que dizer das imagens que não estão enraizadas nas sensações? É precisamente o caso da imagem da fantasia que, sem a base perceptiva, “não aparece no nexos objetivo da realidade presente, da realidade que se constitui na percepção atual, no campo visual [...]. O campo da fantasia é completamente separado do campo perceptivo” (HUSSERL, 2012, p. 92 [Hua XXIII, p. 49]) e, sendo separado, o campo da fantasia não possui um entorno perceptivo com o qual se daria o conflito constituinte da imagem. Podemos medir o tamanho do problema pelo embaraço com que Husserl avalia a situação: “como aparece então? Aparece realmente no modo de uma imagem? Constitui-se na fantasia efetivamente um objeto-imagem através do qual um tema é intuído? Tenho de confessar que aqui sempre tive sérias dúvidas” (HUSSERL, 2012, p. 96 [Hua XXIII, p. 55]).

É a própria inclusão da fantasia dentro dos atos imaginativos que se põe em cheque. Como a análise mostrou, ela não pode ser imaginação no sentido em que se constitui como consciência figurativa¹⁸, sua apreensão é, de direito, tão

17 Não apenas o caráter de irrealidade, mas também a consciência figurativa, pois, além do conflito entre *ficto* e entorno perceptivo, “surge aqui a consciência imaginativa. E esta surge no novo conflito entre *fictum* e *imaginatum*” (HUSSERL, 2012, p. 96; Hua XXIII, p. 54). Mesmo analisando os atos fundantes, Husserl julga haver um entrelaçamento essencial entre imaginação física e a consciência figurativa. O caso-limite que daria uma coincidência perfeita entre o objeto imagem e o tema é abandonado por Husserl para o caso das imagens físicas. Isso porque num eventual grau máximo de adequação entre imagem física e seu objeto intencional, se trataria não de uma imagem, mas de uma alucinação, a qual Husserl coloca ao lado dos atos perceptivos. Resta ver como Husserl trabalha o caso limite nas imagens da fantasia.

18 E isso não apenas num caso limite. A “imagem” da fantasia que se dá sem um tema visado

simples quanto a apreensão perceptiva. Além disso, sua caracterização de imagem não advém de nenhum conflito com o campo perceptivo, pois não está nele inserida. Todos esses resultados tornam as fronteiras entre fantasia e percepção cada vez mais tênues, o que põe em perigo a tarefa mais basilar das *Lições*: distinguir essencialmente percepção e imaginação. Não podendo aceitá-lo, Husserl irá insistir numa diferença rígida quanto aos valores de realidade desses vividos, mas buscando o fundamento desta distinção em outro lugar: “o que caracteriza uma aparição *enquanto aparição* de algo presente e a outra como aparição de algo ausente?” (HUSSERL, 2012, p. 97 [Hua XXIII, p. 55-56], grifo nosso).

Abandona-se, assim, a via fundacional. Ela não pôde dar conta da caracterização da imagem senão no caso da imaginação física. No que diz respeito à consciência fantasiante, ela se mostra insuficiente e, por isso, é preciso investigar sua aparição enquanto aparição, isto é, se trata agora de analisar as características internas do objeto da fantasia e seu modo de aparição específico.

A coisa da fantasia não apenas não aparece no campo visual da percepção – ela aparece, por assim dizer, num mundo completamente diferente e separado do mundo do presente atual [...]. Se apagarmos em pensamento o caráter de nulidade e de figuração no objeto-imagem da figuração física, obtemos um objeto como qualquer outro. Mas se fizermos o mesmo com a coisa da fantasia, não obteremos isto. Não podemos encontrá-la em nenhuma percepção exatamente do mesmo modo como ela aparece na fantasia (HUSSERL, 2012, p. 99 [Hua XXIII, p. 57]).

Como aparece então a coisa da fantasia? Em primeiro lugar, ela aparece em um mundo próprio, cuja completa diferença e separação do mundo perceptivo não se dá somente por seu valor de realidade, mas por uma descontinuidade radical em relação ao aparecer de seus objetos¹⁹. E isso precisamente porque

alheio a si não é mais tratada como uma exceção à regra, mas como o traço essencial da fantasia. Isso não significa que nela não possa se constituir uma consciência figurativa, mas isso ocorre de maneira derivada e não originária. Diferente da imagem física, a fantasia “não precisa fazê-lo, mas *pode* fazê-lo” (HUSSERL, 2012, p. 96-97 [Hua XXIII, p. 55]).

19 O fato de que o objeto da fantasia aparece em um mundo completamente diferente e separado e de maneira inteiramente heterogênea ao objeto da percepção por si só já minimiza bastante os efeitos de algumas acusações recebidas por Husserl como, por exemplo, aquelas de J. Derrida, para quem Husserl não faria da imagem senão uma mera reprodução da presença. “Que, diferentemente da recordação, a imagem seja re-presentação “neutralizante” e não “posicional”, que Husserl sublinhe incessantemente que esse caráter lhe dá um privilégio na prática fenomenológica, isso não põe em causa o conceito geral sob o qual a imagem é classificada com a recordação: a “re-presentação” (*Vergegenwärtigung*), isto é, a reprodução de uma presença,

não compartilham os mesmos conteúdos de apreensão. É necessário, portanto, investigar os conteúdos de apreensão próprios à fantasia, o que Husserl chama de “fantasmas” (*Phantasmen*).

Com efeito, “os objetos da fantasia aparecem como *esquemas vazios*, com uma palidez transparente e cores insaturadas, com uma plástica imperfeita, com contornos vagos e flutuantes, preenchidos com um *je ne sais quoi* [...]” (HUSSERL, 2012, p. 100 [Hua XXIII, p. 59]). São aquelas diferenças de grau do empirismo e da psicologia que Husserl rejeitava anteriormente na medida em que não podiam dar conta da especificidade de qualquer representação. Essa crítica, no entanto, continua valendo e, se Husserl passa a considerá-las como dignas de nota, não é sem ressalvas. A primeira delas é que esse caráter flutuante do objeto fantasiante pode ter lugar em certos fenômenos perceptivos como, por exemplo, “as aparições que temos no crepúsculo, sobretudo quando há névoa, e à meia luz [...]. E, todavia, elas ainda aparecem de outra maneira” (HUSSERL, 2012, p. 100 [Hua XXIII, p. 59]). Ainda assim, Husserl não faz menção a tais características arbitrariamente. Busca-se aqui uma diferença de essência entre fantasmas e sensações e a partir da qual as diferenciações de grau seriam sintomas.

Mas, antes, há outra característica no modo de aparição da fantasia que a opõe tanto à percepção quanto à imaginação física. Nesta última,

como quer que a aparição se modifique, [...] a modificação se move dentro dos limites prescritos pela unidade sintética do *nexo presentativo*. Em todas as variações aparece o mesmo objeto-imagem e, por meio dele, o mesmo objeto figurado é representado (HUSSERL, 2012, p. 101 [Hua XXIII, p. 61]).

Há uma síntese ordenada própria aos atos presentantes ou neles fundados (imaginação física) na qual o objeto aparece em seus múltiplos lados, com variações incessantes, sem que isso mude o fato de que é um único e mesmo objeto que por eles é visado ou representado.

Opõe-se a isto o *caráter proteiforme da aparição de fantasia*. Este faz com que a *unidade* da imagem representativa não se mantenha na unidade da representação de fantasia. O objeto que faz o papel de imagem não permanece inalterado na unidade da representação figurativa – na unidade idêntica da intenção que se volta ao mesmo objeto inalterado: ao contrário, ele se altera incessantemente (HUSSERL, 2012, p. 102 [Hua XXIII, p. 61]).

mesmo se o produto é um objeto puramente fictício” (DERRIDA, 1972, p. 61).

Não há intenção uniforme ou síntese ideal na aparição de fantasia e isso devido à falta de um ordenamento fixo calcado nas sensações presentantes. “Represento-me Bismarck em uniforme curássico tal como ele é representado em uma de suas conhecidas imagens; e eis que emerge repentinamente outra imagem em seu traje civil e etc.” (HUSSERL, 2012, p. 102 [Hua XXIII, p. 62]). Uma intencionalidade, por assim dizer, selvagem, que faz surgir aparições de modo desordenado, abrupto e sem o *telos* de uma síntese ideal. O caráter proteiforme compreende também, além da descontinuidade das aparições, características semelhantes como fugacidade, intermitência e outras semelhantes.

O que aqui importa ressaltar de tudo isso é o abismo que separa os mundos da percepção e da fantasia. Enquanto mundos diferentes e soberanos, não compartilham nem território nem leis. O modo da aparição de seus objetos nativos e suas estruturas intencionais são completamente distintos e autônomos²⁰. Seria, portanto, bastante difícil de enxergar um primado de um mundo sobre o outro.

Mas façamos uma última tentativa. O leitor atento das *Lições* facilmente enxerga uma possibilidade que explicaria o caráter de nulidade do objeto da fantasia. Não é possível, como já se mostrou, que aí se estabeleça um conflito intramundano, como no caso da imagem física, uma vez que seus objetos não compartilham o mesmo conteúdo de apreensão. Mas talvez possa ser o caso de uma guerra dos mundos, de um antagonismo total entre o campo perceptivo e o campo fantasiante. Uma possível solução que Husserl, a título de hipótese, não ignora: “a imagem da fantasia se constitui como uma aparição que se afirma por um tempo sobre o campo de visão perceptivo; mas nessa oposição ela adquire a característica fenomenológica que surge assim que passamos à percepção e retornamos à imagem” (HUSSERL, 2012, p. 107 [Hua XXIII, p. 67]).

Se isso for verdade, teríamos um caso análogo ao da imaginação física. O campo da fantasia se afirmaria em sua validade efetiva sobre o campo da percepção durante algum tempo. Em seguida, passaríamos ao campo perceptivo, que receberia também seu título de realidade efetiva. Estabelecido o conflito, o mundo perceptivo prevaleceria (por suas características de ordenação e uniformidade) e, no retorno ao campo da fantasia, seus objetos seriam caracterizados como ausentes, irrealis e assim por diante. A percepção então seria também res-

20 É evidente que nexos intencionais podem ser estabelecidos entre os dois campos *a posteriori*, mas isso não muda o fato de que, originariamente, e de direito, eles constituem-se como unidades intuitivas autônomas. “A objetividade que aparece na fantasia é uma e a que aparece na percepção é outra, ambas podem estar ligadas por vínculos intencionais, mas não por aqueles vínculos de co-pertencimento intencional mútuo, que constituem uma unidade de intuição, uma objetividade intuitiva coesa; de tal maneira em que a fantasia e percepção constituem cada uma por si e separadamente tal unidade (HUSSERL, 2012, p. 113 [Hua XXIII, p. 76]).

ponsável pela constituição do caráter de imagem da fantasia e seríamos levados a admitir também aqui um primado da presença.

Husserl, contudo, rejeita essa solução. Por ela se afirma que os conteúdos de apreensão da fantasia seriam dados inicialmente como presença efetiva (como sensações!) e que, em um segundo momento, pelo conflito, receberiam o caráter de irreabilidade ausente.

O fantasma, por outro lado, o conteúdo sensível da fantasia, se dá como não presente, não cede à exigência de ser tomado como presente, ele traz consigo *desde o princípio* o caráter de irreabilidade [...]. Chegaríamos, então, ao estabelecimento de uma diferença fenomenológica entre sensações e fantasmas (impressão e ideia), sobre os quais se fundamentariam *originalmente* percepção, de um lado, e *originalmente* representação de fantasia, de outro (HUS-SERL, 2012, p. 118 [Hua XXIII, p. 80-81], grifo nosso).

O caráter de nulidade da fantasia não tem como fundamento qualquer mediação com a efetividade perceptiva. Os fantasmas trazem consigo desde sempre tal caracterização, de modo que a fantasia se constitui tão originariamente quanto a percepção o faz a partir das sensações. Um ponto pouco sublinhado pelos comentadores e, sem dúvida, problemático para aqueles que pretendam sustentar uma “metafísica da presença” em Husserl. Além disso, a diferença estabelecida entre sensações e fantasmas é fiel às exigências das *Lições*. Trata-se de uma caracterização fenomenológica e, portanto, de essência. Todas aquelas diferenciações de grau (caráter proteiforme, flutuante e etc.) que, como acreditavam os psicólogos e empiristas, seriam as responsáveis pela distinção entre percepção e imaginação, repousam, na verdade, sobre a diferença essencial entre a ausência e a presença dos conteúdos de apreensão.

Mas nisso apenas recolocamos em outro nível o problema de desvelar o fundamento último pelo qual fantasia e percepção se separam. A partir de qual fundamento sensação e fantasma se distinguem essencialmente? Em que reside a natureza da distinção entre presença e ausência, agora no nível dos conteúdos de apreensão? Husserl não chega a desmembrar exaustivamente a questão nas *Lições*, mas temos nele elementos suficientes para antever em que região a questão deverá ser formulada. Já foi mostrado que os campos perceptivo e fantasiante se constituem segundo estruturas próprias e que recebem seu valor de realidade através de seus conteúdos de apreensão. Mas por si sós, sensações e fantasmas não podem dar conta de toda uma constituição de unidade intuiti-

va, com seus nexos de entrelaçamento associativo, de co-pertencimento. Há no campo perceptivo, por exemplo, múltiplas objetividades distintas (visuais, táteis, auditivas) que, embora sejam separadas entre si, coexistem na unidade de um mesmo “lugar”. O mesmo não pode ser dito, a princípio, se a relação é entre um objeto da percepção e um objeto de fantasia. Não há originariamente um lugar de coexistência entre os dois mundos. Deve haver, portanto, algo que organize os conteúdos de apreensão de mesmo tipo em um único campo e que assim efetue a bifurcação entre os mundos das sensações e dos fantasmas.

Aquilo que pertence à unidade do campo visual está lá *concomitantemente* (*zugleich*), é presente, e lá tudo é concomitante. Aquilo que pertence à unidade do campo da memória ou do campo da fantasia de qualquer tipo também está lá ao mesmo tempo, mas não podemos falar em *concomitância* quando nos referimos ao campo perceptivo e ao campo da fantasia tomados juntos [...] (HUSSERL, 2012, p. 109 [Hua XXIII, p. 69]).

Aquilo que separa os dois campos é, em última instância, temporal²¹. Todas as múltiplas objetividades do campo perceptivo estão em coexistência porque estão lá ao e no mesmo tempo. Com efeito, a temporalidade de um campo assegura não apenas a forma da simultaneidade entre as objetividades que ali são inseridas, mas também a forma do um-após-o-outro, pois só se pode “formar na sucessão, desde que já o forme em cada ponto de coexistência” (HUSSERL, 2012, p. 111 [Hua XXIII, p. 72]).

Assim, as *Lições* chegam à sua distinção final concernente aos dois modos últimos da temporalidade, nos quais “a *presentificação* é um modo último da *representação intuitiva*, tal como a representação perceptiva, a percepção” (HUSSERL, 2012, p. 123 [Hua XXIII, p. 86]). Ambas as consciências temporais são o fundamento último de todas as fronteiras posteriores que se estabelecem entre percepção e fantasia.

21 Outro aspecto da teoria da fantasia que recebeu pouca atenção por parte dos comentadores. No entanto, ao menos três autores acentuaram devidamente a temporalidade específica da fantasia. Ainda quando Husserl vivia, em 1930, Fink publica sua tese doutoral sobre *Presentificação e imagem* (1966), na qual a temporalidade da fantasia ocupa uma posição fundamental. Também em Richir (2004), a temporalidade fantasiante ocupa lugar central em suas propostas para novas fundações da fenomenologia. E, mais recentemente, A. Schnell (2004; 2007). Não por acaso, esses três autores privilegiam o ponto de vista discriminativo na análise. Contêm-nos aqui apenas de abrir a questão na medida em que, em uma análise das consciências presentante e presentificante, a consideração das lições sobre o tempo é incontornável, o que nos levaria demasiado longe.

Conclusão: a ficção livre

Os dois modos últimos da temporalidade são um dos resultados principais da terceira parte das *Partes fundamentais da fenomenologia e teoria do conhecimento*. A análise do pormenorizada desses modos temporais é, contudo, apenas aberta nas *Lições* sobre a fantasia e a consciência de imagem²², e ganhará lugar central na quarta parte das *Vorlesungen* de 1904-05, justamente nas lições sobre o tempo.

Para nossos fins, todavia, foi suficiente ter mostrado o caminho que se percorre nas *Lições* em direção a uma autonomização da consciência fantasiante. Esta, enquanto uma pura consciência da presentificação, se libera de qualquer laço essencial com a consciência de imagem. Diferente da imaginação perceptiva, que sempre aparece sob o par figurante/figurado, as ficções da fantasia *a priori* se constituem por apreensão simples e imediata. Tudo se passa analogamente ao caso da percepção, exceto que a fantasia recebe o caráter de nulidade em oposição à presença efetiva dos objetos perceptivos. Além disso, essa caracterização de irrealidade que ganha o objeto da fantasia não pode ser explicada por um conflito com uma apreensão fundante, como no caso da imagem por representante físico. Nem por um conflito intracampal com o entorno perceptivo, pois fantasia e percepção não compartilham os mesmos conteúdos de apreensão, nem por um conflito entre dois campos separados, pois os fantasmas têm desde o princípio seu valor de realidade neutralizado.

A pura consciência de fantasia se revela, portanto, como uma consciência autônoma e de forma alguma como um decalque da percepção. No que diz respeito às *Lições*, ela se mostra como possuindo um mundo próprio e soberano, onde seus objetos aparecem segundo uma intencionalidade específica e com seus conteúdos de apreensão se doando originariamente e se organizando a partir de um modo último da temporalidade. Essas *Lições* são, nesse sentido, uma peça capital dentro do projeto fenomenológico husserliano e são capazes de dar respaldo ao importante papel da imagem, repetidamente declarado por Husserl. Podemos ver nessas páginas o quão abismal é a defasagem entre a afirmação da fantasia como um tipo intencional da mais elevada integridade filosófica (para além de um mero instrumento metodológico) e o injusto estatuto que a ela foi atribuído por grande parte da posteridade de leitores e comentadores da obra do fenomenólogo.

22 Husserl termina as *Lições* aporeticamente, evidenciando que a investigação das consciências temporais, até aqui realizada, é apenas provisória. “A cada uma [percepção e fantasia] atribuímos previamente um caráter. Apresentação e presentificação, como dissemos, são a diferença principal. Mas ainda não havíamos encerrado o assunto acerca da natureza dessa diferença na medida em que esta se funda numa caracterização da consciência (*Bewusstseinscharakterisierung*). Pelo contrário, referimo-nos ocasionalmente ao fato de que aqui restaram problemas” (HUSSERL, 2012, p. 140 [Hua XXIII, p. 106]).

BROUGH, J. Translator's Introduction. In: HUSSERL, E. *On the phenomenology of the consciousness of internal time*. Dordrecht: Kluwer, 1991.

DERRIDA, J. *La voix et le phénomène*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

DROST, M. The primacy of perception in Husserl's theory of imagining. *Philosophy and Phenomenological Research*. Rhode Island, EUA, Vol. 50, nº 3, p. 569-582, 1990. [Online]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2108165>. Acessado em 23 de agosto de 2017.

DUBOSSON, S. *L'imagination légitimée: la conscience imaginative dans la phénoménologie proto-transcendantale de Husserl*. Paris: L'Harmattan, 2009.

FINK, E. Vergegenwärtigung und Bild. Beiträge zur Phänomenologie der Unwirklichkeit. *Jahrbuch für Philosophie und Phänomenologie Forschung*. Halle, Alemanha, Vol. XI, p. 239-310, 1930.

HUSSERL, E. Fantasia e consciência de imagem. In: SILVA, M, M, M. 2012. *Fantasia e consciência de imagem, lições apresentadas por Husserl no semestre de inverno de 1904-1905: tradução, introdução e notas*. São Paulo, SP. 146p. Dissertação. USP. [Online]. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-06112012-104628/publico/2012_MarcellaMarinoMedeirosSilva.pdf. Acessado em 22 de agosto de 2017.

_____. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

_____. *HUSSERLIANA X. Zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins (1893-1917)*. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1966.

_____. *HUSSERLIANA XIX/1. Logische Untersuchun-*

gen. Zweiter Band: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Erster Teil. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1984.

_____. *HUSSERLIANA XXIII. Phantasie, Bildbewusstsein, Erinnerung. Zur Phänomenologie der anschaulichen Vergegenwärtigungen. Texte aus dem Nachlass (1898-1925)*. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1980.

RICHIR, M. *Phénoménologie en esquisses: nouvelles fondations*. Grenoble: J. Millon, 2000.

SARAIVA, M, M. *A Imaginação segundo Husserl*. Lisboa: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1994.

SARTRE, J-P. *O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SCHNELL, A. *Husserl et les fondements de la phénoménologie constructive*. Grenoble: J. Millon, 2007.

_____. *Temps et phénomène: la phénoménologie husserlienne du temps (1893-1918)*. Hildesheim: Georg Olms Verlag AG, 2004.